



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

AUDIÊNCIA AOS ESTAGIÁRIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Palácio do Planalto
13 de junho

Durante a visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra, o presidente José Sarney apresenta um mapa visível da crise do Estado brasileiro, impossibilitado, com os recursos que possui, «de atender às solicitações de natureza de serviços e sociais».

10 de junho — O jornal «O Estado de S. Paulo» publica que o presidente Sarney tem repetido em conversas com Governadores, empresários e assessores que o candidato Collor de Mello terá a maioria dos votos válidos para Presidente, já em 15 de novembro, dispensando o segundo turno das eleições.

13 de junho — De acordo com relatório publicado pelo Banco Internacional de Pagamentos (BIS), a fuga de capitais do Brasil pode chegar a US\$ 32,1 bilhões.

— Iniciada greve de funcionários públicos, que só conseguirão pequena adesão, sem preocupar o governo.

É mais uma vez, com grande satisfação renovada, que recebo a visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra, instituição que se consagrou como um dos principais fóruns de reflexão e debate sobre a nossa sociedade.

Os senhores comungam do espírito de modernização, de aperfeiçoamento democrático e patriotismo predominante, em uma escola que tem contribuído para a formação de destacadas lideranças nacionais. Escola cujos estudos e diagnósticos têm se constituído em contribuição de grande relevância para a evolução do pensamento brasileiro.

Após uma proveitosa passagem pelos bancos da Escola Superior de Guerra, os senhores voltam às suas respectivas atividades profissionais mais habilitados a fazer avançar a causa do progresso, do bem-estar social, em clima de liberdade, democracia, como aspira a grande família brasileira.

Enfrentamos, hoje, grandes dificuldades conjunturais que, no entanto, não nos intimidam nem esmorecem o nosso ânimo de oferecer a parcela de trabalho e sacrifício que nos cabe na construção do projeto nacional.

O nosso projeto de modernização do Estado e da economia e a meta de retomada do crescimento sofrem, além de limitações internas, graves restrições pelo setor externo. As transferências maciças de divisas que realizamos para ressarcimento dos juros da dívida externa, aliada ao protecionismo exarcebado de alguns países industrializados, apresentam fortes entraves ao nosso processo de desenvolvimento. Pesam ameaças arbitrárias de retaliação contra a presença brasileira em importantes mercados que conquistamos em razão de nossos padrões de competitividade.

Campanhas nacionais de motivações no mínimo obscuras querem levar o Brasil ao banco dos réus, atribuindo-lhe o papel do grande vilão da ecologia mundial. No entanto, tais afirmativas não vinculam o fato de que os países mais industrializados lançam diariamente na atmosfera as maiores toneladas de detritos industriais, com prejuízos incalculáveis para a qualidade de vida do nosso planeta e até mesmo a ameaça da existência do homem na face da Terra.

Não menciona, muito menos, que a poluição mais odiosa é aquela que atinge o homem em seu direito mais elementar que é o direito à vida com dignidade. Falo da fome, da miséria, da ignorância e do abandono a que foram reduzidos centenas de milhões de seres humanos em todo o

Terceiro Mundo. A favor do Brasil, temos, contudo, a força invencível da esperança e da vontade do seu povo, decidido a construir um futuro de independência e de liberdade. As admiráveis conquistas do passado e do presente são as credenciais que nos abrem as portas do amanhã. O Brasil soube queimar etapas e evoluir, em poucas décadas, de uma economia essencialmente agrícola para figurar como a sétima economia industrial do mundo capitalista. Em 88, tivemos a maior taxa de investimento dos últimos 19 anos. Nossas safras agrícolas têm superado os seus próprios recordes. Nos últimos 4 anos, o Brasil foi o país que mais cresceu na América Latina — crescemos 20% —, enquanto os demais países do nosso continente cresceram cerca de 10%.

A transição política que empreendemos nos últimos anos garante-nos a situação de liberdade e democracia plena que hoje vivemos. As grandes conquistas das nacionalidades sempre se realizaram sob a égide da conciliação e da harmonização de conflitos. A própria grandeza de nosso território deve muito ao espírito de entendimento e concórdia predominante na cultura nacional.

Ficaria eu, entretanto, frustrado, se não dissesse aos senhores estagiários da Escola Superior de Guerra que nem tudo são flores. Somos um País que hoje enfrenta grandes e profundos desafios. Desafios que estão aí a necessitar uma decisão política de grande magnitude da sociedade brasileira. Nós fomos incapazes, nesse período mais recente, de construir sólidas estruturas políticas que fossem capazes de operar o poder democrático no momento de transição e oferecer, ao País, um projeto de construção nacional em termos do novo caminho que se apresentava das conquistas democráticas.

Tivemos, por outro lado, também, a incapacidade de manter a presença de um Estado que tivesse condições de oferecer às camadas mais pobres respostas às suas necessidades. Uma das perguntas que primeiro fiz — e aqui chamei o sociólogo Hélio Jaguaribe que depois transformou esse projeto num livro chamado «Brasil 2000» — foi a seguinte: «Por que temos um país que é a sétima economia do mundo e temos índices sociais de níveis que nos compa-

ram aos países mais pobres de toda a África? Por que temos 60 milhões de pessoas que vivem no Primeiro Mundo, desfrutando de todos os recursos que podem desfrutar cidadãos desse nível em qualquer parte do mundo, e temos 90 milhões de cidadãos mergulhados numa área do País do Terceiro Mundo?» Esses são os desafios que nós acrescentamos.

Mas eu queria, sobretudo, ressaltar um desafio do qual, no ano passado, tive oportunidade de falar, aqui, à Escola Superior de Guerra. É o problema do Estado. O Estado brasileiro se encontra numa situação difícil e aí está toda a crise nacional. Enquanto a sociedade, as estruturas econômicas funcionam extraordinariamente bem, apresentando esses índices de safras, de crescimento, até mesmo índices que nós avaliamos que não são reais, porque são muito maiores, graças e a despeito de uma economia invisível que aí está, poderosa, procurando se defender e se ajustar dentro de uma sociedade dessa magnitude, o Estado brasileiro, cada vez mais, é debilitado. E não tem condições de enfrentar o cumprimento daqueles menores deveres que lhe são atribuídos de prestar serviços à sociedade. E eu quis dar alguns números à Escola Superior de Guerra nesta manhã, para que se possa verificar o quanto é difícil se governar e se resolver problemas numa situação dessa natureza.

A receita fiscal do País é de 9,64% do seu PIB. Daí nós temos transferências a Estados e municípios que representam, por parte da União, de 2,63% do PIB. Temos transferências ao SINPAS de 0,03. Ficamos com uma receita líquida de 6,98% do PIB. Pagamos de juros internos 1,03; de juros externos 1,35; e temos uma receita líquida para toda a atividade do Estado de 4,59% do PIB nacional. Desses, nós temos, com encargos com pessoal, 3,92%; e, o que sobrou para que o Estado pudesse aplicar em custeio em toda as suas responsabilidades de infra-estrutura e todos os seus deveres; é de 0,68% do PIB. Aí está um mapa claro, visível, da grande crise do Estado Brasileiro, impossibilitado, com esses recursos, de atender às solicitações imediatas do País que são essas solicitações de natureza de serviços e sociais e, também, às solicitações em termos da continua-

de da criação da sua grande infra-estrutura que ele necessita para caminhar no rumo de um grande desenvolvimento sustentado.

Senhores estagiários, ao agradecer a gentileza dessa visita, eu quero cumprimentá-los pelo êxito no curso realizado, e transmito-lhes os votos de estímulo e encorajamento no momento em que retomam, com o espírito renovado pelo estudo e a reflexão, as suas atividades profissionais em favor do engrandecimento nacional.